

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Gabriela Scarano Alvarenga

FAKE NEWS: A MÁQUINA DE GUERRA BOLSONARISTA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luiz Flávio Neubert.

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **GABRIELA SCARANO ALVARENGA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 201573028A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Fake news: a máquina de guerra bolsonarista**, desenvolvido durante o período de 17/03/2023 a 07/07/2023 sob a orientação de LUIZ FLÁVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

GABRIELA SCARANO ALVARENGA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

FAKE NEWS: A MÁQUINA DE GUERRA BOLSONARISTA

Gabriela Scarano Alvarenga¹

RESUMO

A disseminação de *fake news* é um problema alarmante e de grande repercussão na sociedade contemporânea. Esse fenômeno é especialmente relevante ao analisar a necropolítica no governo bolsonarista, à luz das revisões teóricas de Achille Mbembe e Lidiane Dias. A necropolítica, conceito desenvolvido por Mbembe, descreve o uso do poder político para controlar e gerenciar a morte. Lidiane Dias, por sua vez, destaca a relação entre necropolítica e mídias digitais. O papel das *fake news* no projeto bolsonarista revela-se como uma forma de necropolítica digital, sendo utilizadas para manipular as percepções da população, enfraquecer o debate público e ameaçar a própria vida democrática. Através de notícias falsas, desinformação e teorias conspiratórias, o governo tem explorado os medos e as angústias da população, a fim de consolidar seu poder e promover uma agenda autoritária.

PALAVRAS-CHAVE: *fake news*, necropolítica, bolsonarismo.

1. INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro vem passando por transformações significativas desde as manifestações de junho de 2013. A partir das manifestações, houve um aumento da polarização política e um crescente questionamento sobre instituições governamentais. Como pontuado pela ex-presidenta Dilma:

As forças mais conservadoras, contando com meios muito superiores de comunicação, além de recursos financeiros e conexões internacionais, puderam assumir uma relativa dianteira e explorar as mobilizações [de junho de 2013] para arremetê-las contra o governo, trocando as aspirações originais por um difuso e fabricado discurso contra a corrupção. (ROUSSEFF, 2023)

Nas eleições seguintes de 2014, 2018 e 2022, a mídia incorporou um papel fundamental, a partir do aumento significativo na disseminação de informações falsas, manipulação de dados e radicalização ideológica. As redes sociais se tornaram solo fértil para a propagação de notícias falsas e teorias conspiratórias, levando conteúdos ilegítimos para um amplo público, e conseqüentemente influenciando suas percepções. Isso levou a uma distorção da realidade e à formação de opiniões baseadas em fatos inexistentes, prejudicando o debate político saudável.

A propagação em massa das *fake news* culminou na vitória de Jair Bolsonaro (PL), em 2018. Com uma agenda neoliberal, conservadora e nacionalista, Bolsonaro foi capaz de promover união e polarização sociopolítica na mesma medida, alimentando seus eleitores com a imagem estrategicamente criada de um inimigo social.

A necropolítica, introduzida por Mbembe (2018), descreve a forma de poder que visa não apenas controlar a vida, mas também determinar quem vive e quem morre. Através da instrumentalização da morte e da violência, a necropolítica é uma extensão do biopoder e do poder disciplinar discutidos por Foucault. O biopoder refere-se ao poder exercido sobre os corpos e populações, visando não apenas a gestão da vida, mas também a regulação das condições de existência e reprodução; já o poder disciplinar se concentra no controle individual dos corpos, moldando-os de acordo com as normas sociais e produtivas. Michel Foucault, nos primórdios de suas análises sobre relações de poder, pontuou:

[...] melhor do que procurar a forma única, o ponto central de onde todas as fórmulas do poder derivariam, por via de consequência ou de desenvolvimento, é preciso primeiro deixá-las aparecer na sua

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luiz Flávio Neubert.

multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-las, portanto, como relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a se anular. (FOUCAULT, 1997, p. 71)

Portanto, esse trabalho pretende compreender como o projeto bolsonarista é circunscrito no conceito cunhado por Mbembe e, minimamente, traçar algumas características da sociedade ao longo dos últimos anos que possibilitaram a instrumentalização das *fake news* enquanto uma “máquina de guerra do bolsonarismo”.

2. DESENVOLVIMENTO

Michel Foucault (1997) define a biopolítica como a “maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças”. O biopoder, por sua vez, seria uma forma específica de poder a fim de efetivar tais fins, que opera por meio de mecanismos disciplinares e reguladores, com o objetivo de normalizar e reger a vida coletiva. Nas palavras do autor:

[...] o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1999, p. 132-133, grifo nosso)

O biopoder não apenas reprime, como também produz; seja categorias de normalidade e anormalidade ou padrões comportamentais e identitários. Para sustentar seu funcionamento, gera discursos e saberes especializados que legitimem a si. Assim, se manifesta em diversas práticas e instituições sociais, como a psiquiatria, a biologia e políticas demográficas ou de controle de imigração, gerindo a vida e, consequentemente, produzindo corpos disciplinados e regulados.

A disciplina é um elemento fundamental para entender como o poder é exercido sobre os corpos e como os sujeitos são moldados e controlados. Para Foucault (1975), a disciplina é composta por “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. É essa relação específica de poder sobre os indivíduos que permite a fabricação do homem necessário para a manutenção da sociedade moderna.

Achille Mbembe expande a noção de Foucault em que o poder disciplinar e regulador busca controlar apenas corpos e populações, pontuando como o poder opera também no reino da morte e da violência extrema. Deste modo, Mbembe desafia a ideia de que o biopoder é suficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte, e argumenta que a necropolítica vai além do biopoder ao considerar como determinados grupos são submetidos a uma violência sistemática que visa exterminá-los ou controlá-los por meio da morte. A necropolítica, como proposta por Mbembe, refere-se ao exercício do poder político que decide quem pode viver e quem pode morrer.

Mbembe se apoia na crítica de Foucault à soberania e a relação entre guerra e biopoder a fim de entender como a vida e a morte são integradas ao domínio político, e direciona sua análise às formas de

soberania que tem como projeto "a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações" (MBEMBE, 2018).

A partir do conceito de biopoder, Mbembe estende a análise foucaultiana à luz dos conceitos de estado de exceção e de estado de sítio. O autor pontua que, nesses cenários, o poder, para além da sua noção clássica centralizada, previamente desmantelada por Foucault, "apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo" (MBEMBE, 2018). Então, por meio da distinção dos indivíduos que devem viver ou não, subdivide a população e estabelece a censura biológica entre uns e outros.

Um exemplo notável, dado por ambos os autores, foi o Estado nazista, liderado pelos ideais autoritários, racistas e assassinos de Adolf Hitler. Sobre os campos de concentração, Mbembe (2018) os destaca enquanto "a metáfora central para a violência soberana e destrutiva e como o último sinal do poder absoluto negativo". Foucault, por sua vez, pontua que o nazismo foi capaz de exprimir o absoluto exercício do direito de matar.

A Lei do Racismo (nº 7.716/89) tipifica como crime "fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo", sob pena de reclusão e multa. Porém, após pouco mais de um ano da extinção do Ministério da Cultura² por Jair, sob a premissa de corte de gastos, o então secretário da Cultura, Roberto Alvim³ - aliado de Bolsonaro - discursou em uma *live*, protagonizando uma encenação adaptada de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda e simpatizante íntimo de Hitler. O lugar originalmente destinado ao retrato do ditador, sob a cabeça de Goebbels, abre espaço para o então presidente, sob Alvim.

Aparentemente, a própria legislação não bastou para intimidar bolsonaristas ao incorporar símbolos e referências nazistas em seus fazeres políticos. E a palavra "coincidência" não parece bastar nessa situação, quando nos recordamos sobre os dizeres de Hitler sobre a propaganda ideal – já que estamos falando sobre seu ministro:

"Toda propaganda deve ser tão popular e ter nível intelectual que até mesmo o mais ignorante daqueles para a qual ela é dirigida possa entendê-la. Pode-se fazer com que as pessoas percebam o paraíso como o inferno e, no sentido oposto, que se considerem a forma mais vil de vida como o paraíso." (KEY, W. B., 1990, p. 250 *apud* COIMBRA, 2001, p. 40)

Concebendo o episódio encenado por Alvim a partir desse ideal se torna evidente que, entender a referência é apenas uma consequência de um saber previamente adquirido, mas, caso desprovido de tal, em nada desfigura a real finalidade do ato: reforçar os ideais nacionalistas e autoritários presentes no bolsonarismo. Assim também foi no primeiro aniversário da ditadura militar sob o governo Bolsonaro, em que foi feito um disparo em massa de um vídeo via *WhatsApp*, pela própria assessoria do Planalto, com mensagens de teor militarista e religioso, agradecendo ao Exército por ter salvado o Brasil da "ameaça comunista"⁴ – o inimigo a ser vencido.

Ambos os fatos atendem a fins didáticos para exemplificar como a mídia e seus dispositivos estão à disposição do Estado enquanto "um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo" (COIMBRA, 2001). Cecília Coimbra, em sua obra "Operação Rio: o mito das classes perigosas", pesquisa sobre como as subjetividades dos centros urbanos se constroem a partir de diferentes equipamentos sociais, sendo os meios de comunicação priorizados após o advento da tecnologia.

Tomando como ponto de partida a realidade enquanto uma produção histórico-social, a autora se alinha à Foucault na compreensão do real pela perspectiva histórica, fruto de práticas sociais que determinam

² Foi, antes de tudo, um ataque direto a pautas de representatividade multicultural, de parcelas da população que já vinham sofrendo com o processo de desmonte. Como sugestão de introdução ao assunto: <https://observatoriodiversidade.org.br/noticias/14-03-2022/>.

³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>.

⁴ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/video-a-favor-do-golpe-militar-de-1964-e-divulgado-pelo-planalto/>.

então os sujeitos e as verdades, e concebe a mídia como uma das maiores responsáveis contemporâneas pela produção do real. Sobre essa concepção, ela diz:

Os *mass media* não apenas produzem o real, mas nos indicam com que prioridade ou urgência devemos considerar esse real: quais fatos devemos ignorar, a que outros devemos estar atentos, sobre o que é necessário ter opinião e discutir; quais, em suma, são os assuntos importantes para as nossas vidas. (COIMBRA, 2001, p. 40)

A função dos *mass media* vai além, e se torna capaz de até mesmo gerar os chamados “mal-estares sociais”⁵, que se tornam reais à medida que são exibidos pela mídia. As verdades são geradas em nosso dia a dia através de diversos dispositivos sociais, sendo que os meios de comunicação em massa ocupam atualmente um papel de destaque. Esses meios têm o poder de criar novas verdades, ignorar ou até negar algumas que já existem, adaptá-las, modificá-las e até mesmo distorcê-las completamente. De acordo com Zygmunt Bauman:

A noção de verdade pertence à retórica do poder. Ela não tem sentido a não ser no contexto da oposição - adquire personalidade própria somente na situação de desacordo, quando diferentes pessoas se apegam a diferentes opiniões, e quando se toma o objeto da disputa de *quem está certo e quem está errado* - e quando, por determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que é o outro lado que está errado. (BAUMAN, 1998, p. 143, grifo do autor)

Em sua teoria, Mbembe reitera uma outra análise de Bauman, sobre as guerras da era da globalização, em que o filósofo polonês aponta como as guerras da nova era abandonaram seu caráter tradicional territorialista e expansionista. Deste modo, Mbembe (2018) conclui que “as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o monopólio exclusivo dos Estados, e o ‘exército regular’ já não é o único meio de executar essas funções”. Então, surgem as máquinas de guerra, seja como uma alternativa ou um complemento ao exército. Mbembe às entende como:

Organizações difusas e polimorfas [...] se caracterizam por sua capacidade de metamorfose. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes, desfrutam de relações complexas com formas estatais (da autonomia à incorporação). O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Pode, ainda, se apropriar de uma máquina de guerra ou ajudar a criar uma. (MBEMBE, 2018, p. 54-55)

O que vimos nas eleições presidenciais de 2018 foi uma disputa de narrativas que, fomentada pelos meios digitais, nos permite colocar, simbolicamente, no lugar das “arminhas para o alto” que Bolsonaro saudosamente reproduzia com seus eleitores, as *fake news* como seu instrumento de poder. Lidiane Ferreira (2020, tradução nossa) pontua que “ao atuar no campo digital, a máquina de guerra das *fake news* se torna ainda mais potente porque não há um território geográfico delimitado e uma face real por trás”. Sobre a disputa por trás das *fake news*, o professor de comunicação Aryovaldo Azevedo Jr. escreveu:

A narrativa bolsonarista de um «Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos», slogan da campanha, não fazia distinção entre verdade e verossimilhança na busca por um país mais justo e menos

⁵ Cecília Coimbra sugere algumas obras sobre o assunto em nota, das quais trago uma: CHAUI, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. E acrescento: FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996; BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

corrupto, como defendido pelo candidato. Mais relevante que esta diferenciação era gerar adesão à retórica populista de Bolsonaro, na qual a vitória da moral e dos bons costumes vinculadas ao candidato exigiam a fé em versões coadunantes à uma visão de mundo em que o esquerdismo era o verdadeiro causador das mazelas nacionais enquanto o conservadorismo seria a retomada dos brios e desenvolvimentos pátrios. (AZEVEDO JR., 2021, p. 103)

Esse embate de narrativas alimentado pelo incessante compartilhamento de *fake news* é o que Ferreira define como **necropolítica digital**. As redes sociais personificam as qualidades armamentistas das máquinas de guerra, outrora entendidas como condição única para consumir a morte, e se tornam instrumentos do discurso necropolítico, ampliando sua capacidade de destruição – seja esse discurso verdadeiro ou não.

O papel das *fake news* foi amplamente pesquisado e apontado como fator crítico para a vitória de Bolsonaro em 2018⁶. Mas o que as torna tão letais não são (somente) os números de compartilhamento, ou as estatísticas que beneficiam um candidato em detrimento do outro, e sim o discurso intrínseco à sua reprodução. De acordo com Lidiane Ferreira:

Esse discurso ganha voz e adeptos, seja nas redes sociais ou nas ruas, gerando identificação por parte da população que antes se via desrepresentada e desestimulada a expressar tais ideias. Quando esse discurso é realizado por pessoas com autoridade política, a ideia ganha força, e uma espécie de cumplicidade é criada entre os interlocutores. (FERREIRA, 2020, p., tradução nossa)

Os discursos de ódio⁷ replicados pelos atores do bolsonarismo servem como legitimação para indivíduos que antes se viam obrigados a “incubar” suas concepções homofóbicas, misóginas, racistas. Quando o discurso imoral e inconstitucional de Bolsonaro repousa confortavelmente no Palácio do Planalto, seus eleitores se sentem menos ameaçado pelo inimigo – seja ele o petista, o gay, a mulher, o pobre ou o negro. Mbembe nos aponta que:

[...] o terror se converte numa forma de marcar a aberração do corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado. (MBEMBE, 2018, p. 23)

Durante a pandemia, o Brasil pôde sentir quantitativamente os efeitos destrutivos das *fake news*. Estima-se⁸ que ao menos quatrocentas mil mortes poderiam ter sido evitadas, caso as medidas contra propagação do vírus tivessem sido instauradas com a devida seriedade no país. De acordo com Lara Sartorio (2020), “os governos criam, em momentos de crise, uma pretensa neutralidade científica para as soluções que apresentam, que consistem, quase sempre, na escolha política da manutenção de privilégios econômicos em detrimento da vida”.

Bolsonaro assim o fez, negligenciando a dimensão da COVID-19 em nome da manutenção da economia, fazendo com que inúmeras vidas fossem perdidas para a doença. A necropolítica bolsonarista se

⁶ Mais informações: <https://cpop.ufpr.br/eleicoes-2018-a-relacao-entre-fake-news-e-os-candidatos-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad/>; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/um-dia-da-eleicao-fake-news-sobre-candidatos-inundam-redes-sociais>.

⁷ Veja alguns exemplos em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembra-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>.

⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>.

evidenciou com suas declarações minimizando a gravidade da doença, promovendo tratamentos ineficazes e desencorajando a população das medidas de distanciamento, uso de máscaras e vacinação.

Logo no começo da pandemia, Bolsonaro lançou a campanha “O Brasil Não Pode Parar” pedindo o fim do isolamento social, afirmando que: “as consequências, depois dessas medidas [de isolamento] equivocadas, vão ser muito mais danosas do que o próprio vírus”⁹. Menos de um mês depois, ao ser indagado sobre o crescente número de mortos, respondeu: “não sou covheiro”¹⁰. Mbembe explica:

Essa é a lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. (MBEMBE, 2020, grifo nosso)

Sua desumanidade não se deu apenas por palavras esvaziadas de empatia, mas também pelas preenchidas de mentira: Bolsonaro chegou a dizer que as vítimas da Gripe Espanhola foram em função do uso de máscara. Enquanto os índices de não-vacinados entre os mortos chegavam à 99%¹¹, Bolsonaro alegava falsamente que mais de 70% dos casos fatais no Reino Unido estavam relacionados à aplicação da vacina. O ódio que vinha pregando em toda sua trajetória enquanto figura política encontrou, na pandemia, sua chance de se materializar pela expressão da morte. O relato de Rachel Barros, socióloga e pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro figura bem a situação:

Em Manguinhos [favela no Rio de Janeiro], os movimentos sociais contabilizaram até o mês de maio de 2020, cinco pessoas mortas em operações policiais. Pais e mães que perdem seus empregos, famílias passam necessidade, e tudo que o Estado oferece é o poder bélico. Como afirmou o Fórum Social de Manguinhos: **“Parece que para o Estado, o vírus a ser combatido é a própria favela e seus moradores.”** (BARROS, 2021, p. 37, grifo nosso)

As violentas repressões militares sofridas pelas comunidades continuadas até mesmo na pandemia, foram somadas à realidade de total desamparo sanitário desses ambientes que facilitam ainda mais a propagação do vírus. Sem receber nenhum apoio ou ação direcionada, favelas chegaram a ficar sem água durante um dos picos da doença¹². A consequência é lógica: encontraremos aqui os maiores índices de casos que, quando se deparam com a ineficiência do sistema de saúde – já inserido em um contexto defasado de políticas públicas – resultam também nos maiores índices de morte.

Nenhum número expressivo do péssimo desempenho do país na retenção do vírus foi suficiente para intimidar Bolsonaro e sua ignorância. Em janeiro de 2021, o estado do Amazonas atingiu recorde de mortes devido à superlotação nos hospitais e escassez de tanques de oxigênio¹³. Foram necessários frigoríficos no estacionamento de hospitais para armazenar os corpos. Alguns meses depois, Bolsonaro reproduziu em uma *live*, em tom de deboche, pessoas com falta de ar¹⁴.

⁹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>.

¹¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/9-em-cada-10-internados-com-covid-19-nao-tomaram-a-vacina-diz-estudo/>.

¹² Para ver mais: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10496>.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/01/coronavirus-impoe-janeiro-mais-triste-da-historia-do-am-com-recorde-de-casos-mortes-e-internacoes-por-covid-19.ghtml>.

¹⁴ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/07/interna_politica,1264453/mais-uma-vez-bolsonaro-imita-pessoa-com-falta-de-ar-durante-live-nas-redes.shtml.

O menosprezo explícito por todas as vidas tomadas pelo dos vírus – esse sim, um inimigo natural a ser combatido pela coletividade – reforça o propósito do projeto bolsonarista: conceber o inimigo como aquele que impede o necropoder de se exercer ou, em outras palavras, que propõe uma pausa na engrenagem neoliberal, enquanto o contrário tem o preço da minha existência.

Às vésperas das eleições municipais, que aconteceram durante a pandemia, Bolsonaro declarou por meio de uma *live* em sua rede social ser a favor do voto impresso – visão arcaica notavelmente reafirmada em sua trajetória¹⁵ – e que enviaria uma proposta para o Congresso. Deve se destacar que as urnas eletrônicas utilizadas no sistema eleitoral brasileiro são referência no mundo todo de tecnologia segura no pleito democrático.

No dia das eleições, houve um ataque *hacker* ao sistema de informática do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de retirar o site do ar. Em entrevista ao *El País*, o presidente da *SaferNet* (organização não-governamental que combate crimes cibernéticos), Thiago Tavares, declarou que “é uma operação cujo objetivo não era causar um dano material, mas psicológico. É você criar a suspeita, inocular na população o vírus da dúvida sobre a integridade, a lisura e a segurança do processo eleitoral.” (EL PAÍS, 2020).

Na época, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, apontou uma “suspeita de articulação de grupos extremistas, que se empenham em desacreditar as instituições, clamam pela volta da ditadura¹⁶”. O ministro também declarou que muitos deles estavam sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal, e uma das origens do ataque foram os Estados Unidos, onde poucos dias antes Donald Trump (Republicanos), estimado ídolo político de Bolsonaro¹⁷, havia sido derrotado – em votos de papéis.

Bolsonaro e seu exército digital de *fake news* instauraram em um limitado imaginário coletivo a ilusão do “terror”. Foram concebidas forças na sociedade que levaram à trivialização do mal e à incitação à resolução de conflitos, inclusive os mais insignificantes, através da violência e até mesmo da morte – o discurso a favor do armamento da população evidencia a idolatria pela destruição.

Até o final de seu mandato, Bolsonaro utilizou principalmente do Twitter, Facebook e WhatsApp, para se comunicar diretamente com seus seguidores e difundir sua narrativa política. Inclusive, efetuou pagamentos para grupos e influenciadores¹⁸ digitais que eram seus apoiadores, em troca da disseminação de mensagens favoráveis a seu governo e compartilhamento de conteúdo enganoso sobre seus adversários políticos.

As eleições de 2022 foram igualmente caracterizadas pela disseminação das *fake news*. A regulação e o combate às *fake news* se tornaram desafios notórios que exigem um enfrentamento efetivo para preservar a integridade do processo democrático. Atualmente, essas estratégias baseadas no uso de *fake news* se tornaram objetos de investigação por parte de órgãos e instituições responsáveis pela fiscalização das eleições, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao articular as teorias de Foucault e Mbembe, podemos compreender que o biopoder e a necropolítica são faces complementares do exercício contemporâneo do poder. Enquanto o biopoder disciplina e regula a vida, estabelecendo normas e regras para controlar a sociedade, a necropolítica exerce o poder de decisão sobre a morte.

O Estado moderno, como visto em Foucault, exerce seu poder através de estratégias disciplinares (como instituições correcionais, escolas e hospitais), que moldam os indivíduos para se adequarem às normas e hierarquias estabelecida; ao mesmo tempo, de acordo a teoria de Mbembe, tanto o Estado quanto outras instituições empregam a necropolítica em situações “convencionais” de guerra como conflitos armados, genocídios e violações graves dos direitos humanos, onde a morte física se torna uma ferramenta para a manutenção do poder. A interseção entre os conceitos se torna mais evidente ainda nas dinâmicas do

¹⁵ Veja mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/10-mentiras-que-bolsonaro-falou-sobre-as-urnas-para-defender-o-voto-impresso/>.

¹⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-17/investigacao-sugere-elo-entre-grupo-que-tentou-derrubar-site-do-tse-e-bolsonaristas.html>.

¹⁷ Algumas considerações sobre: <https://www.cartacapital.com.br/politica/15-taticas-golpistas-de-trump-que-bolsonaro-ja-adotou-e-as-que-ainda-vai-usar/>.

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/governo-bolsonaro-pagou-cache-para-ao-menos-32-apresentadores-e-influenciadores.shtml>.

neoliberalismo, responsáveis pela promoção da lógica de maximização dos lucros e da eficiência econômica acima de tudo:

A necropolítica não acontece necessariamente com a execução da morte em si, mas também quando pessoas das quais os corpos não são lucrativos para o sistema são deixadas para morrer; corpos que não produzem nem consomem são deixados para morrer. O neoliberalismo impõe sua necropolítica pela violência. No entanto, essa violência nem sempre é explícita. (FERREIRA, 2020, p. 66, tradução nossa)

A produção do real a partir dos *mass media* permitem a violência agir de maneira intrínseca no discurso da sociedade, reproduzindo padrões friamente calculados para que esse imaginário se sustente. Cecília Coimbra (2001) explica que existe uma “história oficial”, produzida e veiculada pela mídia – de acordo com suas próprias demandas e necessidades –, à qual “opõe-se um outro real com outras verdades, outras histórias e memórias produzidas por práticas sociais não-hegemônicas: as práticas dos que ficaram conhecidos como os ‘vencidos’”.

De acordo com Lidiane Ferreira (2020), identifica-se no discurso da autoridade, de quem detém o poder, através das redes sociais e das *fake news*, uma ferramenta a serviço da necropolítica digital. A história oficial, por sua vez, ressignifica suas possibilidades junto à ascensão do discurso necropolítico de Bolsonaro, incorporando as *fake news* como instrumento de guerra – sendo seu campo de batalha, o universo digital:

O universo digital ainda facilita sua dissolução, disfarce e impunidade. As redes sociais reproduzem as notícias falsas que atacam justamente aqueles cujos corpos e memórias são considerados inferiores e passíveis de morte. As notícias falsas são financiadas, produzidas e compartilhadas por grupos que tiram vantagens econômicas delas. (FERREIRA, 2020, p. 92, tradução nossa)

Isso ficou evidente após a derrota de Bolsonaro nas urnas, em 2022. Mesmo com o pleito legítimo, o resultado das eleições foi alvo constante de falácias¹⁹ durante todo o fim de seu mandato, levando milhares de apoiadores a montarem acampamentos em frente a quartéis por todo o país, pedindo para que o exército, “mais uma vez”, salvasse o Brasil do fantasma – comunista, petista, esquerdista...

Poderiam ser apenas casos isolados a título de registro, frutos de uma elite hegemônica, que espera sentada o poder disciplinar intervir, para que seus privilégios sejam mantidos em fato, enquanto as classes trabalhadoras não podem – e nunca puderam, nem mesmo durante a pandemia – parar. Porém, os acampamentos culminaram em um atentado à democracia, dia 8 de janeiro de 2023.

Mais de mil apoiadores de Bolsonaro, descontentes com a omissão do seu glorioso exército, uma semana após o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, tomar posse, “marcharam” até a capital federal para protagonizar a maior ação destrutiva já vista na Praça dos Três Poderes. Em pronunciamento oficial, a Polícia Federal declarou:

A milícia digital reverberou e amplificou por multicanais a ideia de que as eleições presidenciais foram fraudadas, estimulando aos seus seguidores ‘resistirem’ na frente de quartéis e instalações das Forças Armadas, no intuito de criar o ambiente propício para uma intervenção federal comandada pelas forças militares, sob o pretexto de atuarem como um Poder Moderador, com base em uma interpretação peculiar do art. 142 da Constituição Federal. (VEJA, 2023)

¹⁹ Algumas registradas pela Justiça Eleitoral: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/festival-de-desinformacao-que-circulou-nas-eleicoes-poderia-se-chamar-201ce-tudo-mentira201d>.

Essa se demonstra uma situação arquetípica da necropolítica digital bolsonarista em ação. Em nome da história oficial contada pelo bolsonarismo, por meio das *fake news*, cidadãos clamam pela contenção do terror representado pelo inimigo democraticamente eleito. Assim, a necropolítica digital oferece uma lente analítica para entender os mecanismos de poder que operam por trás do projeto bolsonarista, que instrumentalizou o meio digital e o condicionou à capacidade destrutiva do discurso necropolítico:

É o mais grave fenômeno de ‘fake news’ no Brasil contemporâneo porque ilustra a relação destrutiva do Estado com a parcela mais vulnerável de sua população. A desinformação neste caso particular não é apenas um produto da internet, WhatsApp ou Facebook, mas o resultado de algo mais antigo: a necropolítica *offline* e também *online*. (FERREIRA, 2020, p., tradução nossa)

Os ideais (re)produzidos pelo discurso necropolítico bolsonarista ainda se manifestam em diferentes níveis e esferas, como bem ilustrado pelo deputado do mesmo partido político de Bolsonaro, ao subir na tribuna esse ano com um exemplar de *Mein Kampf*²⁰. Afinal, um governo eleito pela violência das *fake news*, que institucionalizou o discurso de ódio, banalizou a vida de seus cidadãos, afrouxou regras para aquisição de armas de fogo, financiou o extrativismo ilegal, empurrou para a morte nossos povos originários, indutivamente resultaria em mais violência²¹.

Nosso país necessita, em caráter emergencial, de políticas públicas integradas com o objetivo de conter a propagação da cultura da violência. O instrumento utilizado pela necropolítica digital precisa ser contigo. A palavra que destrói deve ser destruída. Num apelo tão teórico quanto poético: “devemos exigir que qualquer movimento que pregue a intolerância fique à margem da lei e que qualquer incitação à intolerância e perseguição seja considerada criminosa” (POPPER, 1957).

Seguindo minimamente os passos de Foucault (2000), minha intenção foi “tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos”, ao invés de apenas perguntar como o soberano chegou ao topo. À luz dos conceitos aqui apresentados, fica evidente a alienação e desinformação expressas principalmente por meio das *fake news* enquanto essenciais para a formação do projeto bolsonarista.

As derrotas de Bolsonaro nas urnas e no Tribunal Superior Eleitoral²² - que reconheceu “a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação” durante seu mandato – são fatos de esperança. Mas a circunscrição da necropolítica digital para além do mandato de Bolsonaro não é passado, pois a democracia resistiu à 2022, mas o bolsonarismo também.

²⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputado-do-pl-exibe-livro-de-hitler-para-criticar-governistas-no-ms/>.

²¹ Vale ressaltar que essa problemática não teve início apenas no governo passado: a violência sempre fez parte da nossa realidade. O Brasil como nação emergiu de um contexto violento, e a violência se faz extremamente presente na sociedade, sendo direcionada principalmente aos negros, mulheres, pobres, pessoas com deficiência, crianças, população LGBTQIA+ e idosos.

²² Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>.

REFERÊNCIAS

BARROS, Rachel. **"Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui": a voz das favelas na luta contra a violência policial**. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/se-eles-nao-fazem-nada-faremos-tudo-daqui-a-voz-das-favelas-na-luta-contr-a-violencia-policial/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Tradução de Mauro Gama Cláudia Martinelli Gama. Revisão técnica por Luís Carlos Fridman.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Niterói: Oficina do Autor; Intertexto, 2001. 276 p.

FERREIRA, Lidiane Dias. **The death of the city councillor Marielle Franco through the lenses of necropolitics**: how the assassination of an elected brazilian woman is moving with the structures of power and revea. 2020. 112 f. Tese (Doutorado) - European Master's Programme In Human Rights And Democratisation, University College Dublin, Dublin, 2020. Disponível em: <https://repository.gchumanrights.org/items/38249583-1ef7-42e8-afeb-ea3e4a34fbc3> . Acesso em: 10 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade. Acesso em: 3 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. 295 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 8. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 71 p. Tradução de Renata Santini.

MBEMBE, Achille. **Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'**. *Folha de São Paulo*. 30 de março, 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acessado em 01 de julho de 2023.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 56 ed. Belo Horizonte: Editora Ititaia, 1974.

REVISTA VEJA. **PF disse ao Supremo que achou elo de Bolsonaro com milícias**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/pf-disse-ao-supremo-que-achou-elo-de-bolsonaro-com-milicias/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ROUSSEF, Dilma. Prólogo. In: **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. ALTMAN, B.; CARLOTTO, M.; (Org.). São Paulo: Boitempo, 2023.

RUEDIGER, Marco Aurélio (org.). **Desinformação nas eleições 2018 [recurso eletrônico]: o debate sobre fake news no brasil**. Rio de Janeiro: Fgv Dapp, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29093/%5bWEB%20PT%5d%20Relat%3%b3rio%20Fake%20News%20ON%20-%20ref%20policy%20paper%202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2023.